

## SEMÂNTICA-I: ABORDAGEM DENOTACIONAL

I-SEMANTICS: DENOTATIONAL APPROACH

*Adriano Marques da Silva<sup>1</sup>*

### Resumo:

Larson & Segal (L&S) defendem a tese de que a semântica deve ser vista como um ramo da psicologia cognitiva. Eles procuram inserir sua proposta dentro do programa gerativista, tomando de empréstimo não só os recursos formais desenvolvidos pelos gramáticos gerativistas, mas também os pressupostos conceituais que norteiam esse programa. No presente artigo, exponho o objeto de estudo da semântica-I (Semântica interna, intencional e individual) tal como proposto por L & S. Neste artigo, argumento que há uma tensão existente entre o tipo de internalismo proposto por L & S e o núcleo do programa gerativista. Se a proposta de L & S for incorporada ao programa gerativista, será preciso modificar este último, adicionar novas premissas que são inconsistentes com seu núcleo de suas assunções teóricas. Esse problema pode ser diagnosticado a partir de uma distinção entre o Problema Interpretativo (PI) e o Problema Combinatório (PC). Veremos que o programa gerativista fornece uma contribuição empírica para a solução do primeiro problema, mas não do segundo. Porém, para L&S, esses são e um e o mesmo problema.

**Palavras-chave:** Filosofia da linguagem, Semântica formal, Filosofia da Linguística.

### Abstract:

Larson & Segal (L&S) defend the thesis that semantics should be seen as a branch of cognitive psychology. They seek to insert their proposal within the generative program, borrowing not only the formal resources developed by the generative grammarians, but also the conceptual assumptions that guide this program. In this article, I expose the object of study of I-semantics (Internal, intentional and individual semantics) as proposed by L&S. In this article, I argue that there is a tension between the type of internalism proposed by L&S and the core of the generative program. If the L & S proposal is incorporated into the generative program, it will be necessary to modify the latter, to add new premises that are inconsistent with its core of its theoretical assumptions. This problem can be diagnosed from a distinction between the Interpretive Problem (PI) and the Combinatorial Problem (PC). We will see that the generative program provides an empirical contribution to the solution of the first problem, but not the second. However, for L&S, these are and one and the same problem.

**Keywords:** Philosophy of Language, Formal Semantics, Philosophy of Linguistics.



## Conhecimento tácito e teorias descitacionais

Larson & Segal (L&S) defendem a tese de que a semântica deve ser vista como um ramo da psicologia cognitiva. Eles procuram inserir sua proposta dentro do programa gerativista, tomando de empréstimo não só os recursos formais desenvolvidos pelos gramáticos gerativistas, mas também os pressupostos conceituais que norteiam esse programa<sup>2</sup>.

Um ponto de partida possível é analisar como a gramática influencia a organização da semântica. Segundo Larson:

Como falantes do inglês, conhecemos fatos sobre sua *sintaxe*: por exemplo, que expressões são divididas em categorias como verbo, nome, preposição e adjetivo, que em inglês verbos e preposições normalmente precedem seus objetos, que palavras em uma sentença formam uma unidade sentencial em constituintes. Além disso, sabemos fatos sobre a semântica, ou a estrutura semântica, do inglês: que frases estão relacionadas como sinônimas ou contraditórias, que elas são verdadeiras sob certas circunstâncias, que certos conceitos não correspondem a mundos possíveis<sup>3</sup> (LARSON, 1995, p. 361).

Para explicar essa habilidade, argumentam L&S, é necessário assumir que os falantes possuem conhecimento semântico. Uma semântica-I, esclarecem, teria como objetivo teórico explicar o conhecimento semântico tácito, internalizado, dos falantes:

Ver o conhecimento linguístico como o objeto da semântica é situar o lugar da teoria semântica dentro do empreendimento mais amplo iniciado por Noam Chomsky (...) para quem a teoria linguística é uma teoria sobre o conhecimento real dos falantes. Esse projeto contrasta com uma variedade de outras perspectivas comumente adotadas a esse respeito<sup>4</sup> (LARSON & SEGAL, 1995, p. 16).

Larson & Segal (1995, Cap.1) concedem que o domínio pré-teórico dos fenômenos semânticos inclui relações intra sentenciais, tais como relações lógico-semânticas (acarretamento, contradição etc.), relações temáticas etc. Porém, como a citação acima deixa claro, assume-se que existe uma distinção clara entre sintaxe e semântica: a sintaxe trata da divisão das categorias estruturais que compõem uma sentença. Já a semântica trataria dos fenômenos relativos ao 'significado' das sentenças. Dadas as sentenças:

- (1) João acredita que a Terra é redonda
- (2) João duvida que a Terra seja redonda

Sabemos que (1) e (2) não podem ser simultaneamente verdadeiras. Se (1) é verdadeira, (2) é falsa e vice versa. Esse par é semanticamente incompatível. Segundo L&S, essa incompatibilidade não poderia ser explicada pela forma gramatical dessas sentenças, pela sua similaridade estrutural (ambas contêm sentenças encaixadas, ambas possuem, simplificadaamente, a forma [NP [VP [CP [SN]]]]), como atestam os contraexemplos abaixo:

- (3) João sabe que a Terra é redonda  
 (4) João viu que a Terra é redonda

As sentenças do par (3)-(4), a exemplo do par (1)-(2), possuem a mesma estrutura gramatical, sintática. Porém, ao contrário do primeiro par, o efeito semântico de incompatibilidade não se reproduz. De acordo com L&S, a relação presente no par (1)-(2) não decorre de uma propriedade estritamente sintática, gramatical, mas sim de uma propriedade semântica. As sentenças do par (1)-(2) expressam significados diferentes, descrevem situações mutuamente excludentes. O juízo semântico dependeria do reconhecimento dessas propriedades. Esse tipo de conhecimento não se evidenciaria apenas pelo conhecimento intralinguístico (i.e., o conhecimento das propriedades e relações linguísticas), mas também na relação entre linguagem e mundo. A relação entre itens linguísticos e não linguísticos é chamada 'referência'. De acordo com Larson

Parece ser um fato que certas palavras (...) fazem referência a objetos específicos (...) e uma parte central do aprendizado dessas palavras consiste em aprender que objeto ou objetos eles referem (...) Referência (...) é uma relação entre palavras e objetos extralinguísticos, como pessoas e países<sup>5</sup> (LARSON, 1995, p.29).

Na citação acima, Larson afirma que o significado de uma sentença a conecta a um estado de coisas, ou seja, o significado-E seria uma propriedade linguística que permitiria ao falante emitir juízos sobre as condições de verdade das sentenças. O conhecimento semântico equivale ao conhecimento das condições de verdade das sentenças. Assim, por exemplo, 'França' refere-se a França. É importante notar que 'referência' é tomada como um fenômeno incontornavelmente semântico, mais especificamente, como uma relação semântica. Na proposta de L&S, 'referência' é uma noção fulcral da teoria semântica, uma vez que propriedades e relações são o objeto de estudo da semântica. Para os autores, 'referência' não é um termo técnico, interno à metalinguagem empregada pelo semanticista. L&S argumentam que a noção de referência deve ser acolhida pela teoria semântica, caso esta última justifique as vantagens explanatórias da primeira. Uma teoria semântica, segundo L&S, não pode prescindir da noção de referência. Dada uma sentença como:

- (6) O gato está sobre o tapete.

O falante seria capaz de identificar o estado de coisas que a sentença designa, de reconhecer que existe uma relação entre o significado dessa sentença e aquilo que ela designa. Ele é capaz de julgar em que circunstâncias essa sentença será verdadeira, qual estado de coisas que ela denota.

O juízo semântico, argumentam os autores, não é licenciado pela forma gramatical da sentença, pois existe um vasto número de sentenças estruturalmente iguais à sentença (6), mas que não designam o estado de coisas designado pela sentença (6). Sentenças podem ser verdadeiras ou falsas. O que está em jogo é a relação entre a sentença e o mundo. Assim, as propriedades e relações semânticas podem ser explicadas em termos de condições de verdade: sentenças são incompatíveis se não puderem ser simultaneamente verdadeiras (no par (1)-(2), a

sentença (1) será verdadeira sse a sentença (2) for falsa); duas sentenças serão sinônimas se elas possuírem as mesmas condições de verdade e nosso conhecimento de mundo indica que elas serão verdadeiras nas mesmas circunstâncias (ex: A sentença 'João vendeu um carro para Maria' e 'Maria comprou um carro de João' são sinônimas porque se uma delas for verdadeira, a outra também o será). E assim por diante.

Cumpra à semântica-I, portanto, explicar em que consiste o conhecimento subjacente à competência semântica do falante, o conhecimento que o torna apto a tomar juízos sobre as condições de verdade das sentenças; cumprir investigar aquilo que dá aos falantes a capacidade de emitir juízos sobre a verdade ou falsidade das sentenças e explicitar o conhecimento subjacente a esses juízos (i.e., a condição de possibilidade de sua existência). Cabe à teoria semântica, em especial, mostrar como os aspectos estritamente semânticos, independentes do contexto, determinam as condições de verdade e satisfabilidade de cada item lexical (i.e., mostrar que o item lexical 'gato' refere-se a um gato, que 'está sobre o tapete' corresponde a um evento, etc.).

L&S sustentam que o conhecimento das condições de verdade de uma sentença pode ser analisado como uma instância de um esquema descitacional (*disquotational*):

(6) *O gato está sobre o tapete* é verdadeira sse o gato está sobre o tapete.

Uma teoria semântica deveria deduzir as contrapartes técnicas dos juízos semânticos intuitivos, em particular das verdades descitacionais, como (6). Teríamos, assim, uma primeira aproximação técnica para a ideia de que o conhecimento do significado de uma sentença S corresponde ao conhecimento de suas condições de verdade. A sentença à esquerda, em itálico, é a sentença da linguagem objeto. À direita temos as condições de verdade que devem ser satisfeitas para que a sentença da linguagem objeto seja verdadeira. Ou seja, à direita está expressa uma sentença da metalinguagem que exprime o estado de coisas correspondente designado pela sentença da linguagem objeto. Intuitivamente, se o falante conhece essa equivalência, ele conhece o significado da sentença 'O gato está sobre o tapete'.

L&S adotam uma perspectiva cognitivista, segundo a qual o conhecimento linguístico consiste em um conjunto de regras e princípios tácitos, inconscientes, responsáveis pela representação dos fenômenos linguísticos (grosso modo, os níveis de representação linguística: fonologia, sintaxe e semântica). L&S justificam a noção de 'conhecimento tácito' por razões metodológicas: dado que essa noção tem se mostrado produtiva em outros domínios de investigação (nas ciências cognitivas em geral e, mais particularmente, no programa gerativista), seria útil adotá-la. A proposta de L&S se coaduna com a perspectiva assumida por Higginbotham (1989), segundo a qual a semântica tem como objeto de estudo os princípios interpretativos eliciados pela maturação da Faculdade da linguagem: a compreensão do significado de uma sentença corresponderia ao conhecimento tácito de suas condições de verdade, e o conhecimento tácito das condições de verdade da sentença, por sua vez, seria aduzido pela contribuição de seus constituintes, ou seja, pela contribuição das palavras e os padrões de concatenação sintática licenciados pela Faculdade da linguagem.

Os problemas que a semântica das línguas naturais ensejam seriam, portanto, similares aos problemas investigados pelos linguistas em outros níveis de articulação, como a fonologia e a sintaxe. Higginbotham (1989) argumenta que, assim como o significado de palavras individuais influencia a competência semântica dos falantes, as diferenças gramaticais (i.e., as gramáticas internalizadas por cada indivíduo) também são responsáveis por diferenças individuais, por idiossincrasias semânticas. Ou seja, os valores semânticos dos itens lexicais são relativos às gramáticas internalizadas em cada idioleto. Porém, argumenta, os princípios estruturais estudados pelos gramáticos gerativistas são, por hipótese, universais. Por conseguinte, os princípios interpretativos eliciados por essas estruturas também o serão. Para os sintaticistas, dado um conjunto possível de descrições estruturais (ou um conjunto de gramáticas possíveis), seu trabalho consiste em distinguir o subconjunto de descrições estruturais (ou seja, a gramática) que os seres humanos são capazes de adquirir naturalmente no curso de seu desenvolvimento cognitivo. Analogamente, cumpre aos semanticistas descobrir os princípios interpretativos licenciados por essas restrições estruturais. Assim como na investigação de fenômenos sintáticos, a investigação semântica deveria levar em conta dados negativos: dada uma sentença, S, a teoria semântica deve explicar qual o seu significado,  $[[S]]$ , e explicar por que a sentença S não possui o significado  $[[Q]]$ . Existiria uma restrição semântica, interpretativa, imposta à sentença por princípios estruturais.

É importante notar que em Lewis (1972) encontra-se prefigurada a ideia de que existem pares <sintaxe, significado> e que existem restrições interpretativas: certos significados não são atribuídos a certas estruturas. Contudo, L&S apontam que esse quadro é incompleto. Segundo Lewis, ‘sentenças mal formadas’ (i.e., descrições estruturais ‘defeituosas’, ‘incompletas’) não possuem significado. Lewis parte do pressuposto de que sentenças da linguagem natural são a contraparte de fórmulas bem formadas. Assim, se uma fórmula não é bem formada, não recebe interpretação semântica. Analogamente, se uma sentença é defectiva, não pode receber interpretação semântica. O que L&S introduzem é a perspectiva gerativista, na qual sentenças ‘defectivas’ possuem significado, assim como suas contrapartes gramaticais. Ou seja uma sentença, embora ‘defectiva’, é interpretável. Ela não pode, portanto, ser excluída da investigação.

Segundo a perspectiva adotada por L&S, cabe à semântica-I deduzir os pares sentença-significado. Essa ideia pode ser sumarizada do seguinte modo. Dada a relação entre a sentença ‘S’ e a proposição ‘p’:

(7) S significa p

Existiria uma representação estrutural de S, X, e seria possível derivar: X significa p. Analogamente, frente a um dado negativo, uma restrição interpretativa, temos:

(8) S não pode significar p.

Isso equivaleria a dizer que existe uma descrição de S, X, tal que *não* podemos derivar: X significa p. Embora assumam que a ‘divisão de trabalho’ entre sintaticistas e semanticistas seria análoga, L&S assumem que a Faculdade da linguagem contém

um módulo especificamente semântico e que existe, portanto, uma distinção fundamental entre sintaxe e semântica. Os autores almejam, fundamentalmente, caracterizar o 'módulo semântico'. Ele seria responsável, segundo os autores, pelo conhecimento tácito das propriedades e relações semânticas presentes na linguagem natural.

Assumindo que a gramática contém o componente sintático e o componente semântico (mesmo que em módulos distintos), L&S modificam a perspectiva de Lewis a respeito do objeto de estudo da semântica. L&S não negam que compromissos ontológicos são presumidos no discurso cotidiano: os falantes assumem a existência de certos objetos e relações entre esses objetos. Contudo, segundo L&S, a teoria semântica não tem de esperar da ontologia uma resposta sobre 'o que há', sobre os tipos de entidades referidas, para que se constitua como disciplina. Ao contrário, argumentam, é de se esperar que a semântica possa, dentro das limitações próprias de seu campo de investigação, fornecer subsídios para a clarificação desse tipo de investigação. L&S subentendem que os contraexemplos apresentados por Chomsky não constituem uma refutação ou são contra exemplos à empreendimento de construir uma teoria semântica extensional para a linguagem natural. Assim como Higginbotham, L&S creem que esses são casos que devem ser levados em consideração e respondidos individualmente. Eles não minariam a investigação semântica, mas a estimularia.

### **Internalismo e Significado Linguístico**

Na proposta de L&S existe uma tensão entre a interpretação denotacional da semântica formal e as premissas internalistas do programa gerativista. Embora não discutam esse tópico, L&S estão cientes de que, uma vez admitidas essas premissas, cumpre esclarecer como o conhecimento semântico individual e o ambiente físico e social circundante se articulam. Vale dizer, os autores precisam explicar em que medida a semântica pode ser construída como uma teoria internalista, uma teoria que tem como objeto de estudo estados mentais individuais internos.

Sabemos que a extensão das palavras não é especificada por regras individuais internalizadas e que o léxico possui uma dimensão externa, especificada por convenção. Por exemplo:

(1) Eu não sei qual é a aparência de um leopardo

Se a sentença (1) é verdadeira, então o sintagma nominal 'um leopardo' denota um leopardo, mas não um leão ou uma zebra. Esse fato é independente da psicologia individual do falante. A psicologia individual do indivíduo que asseriu (1) não é responsável por esse dado. Qual é então o papel da abordagem internalista, individualista, na interpretação semântica? Como conciliar a abordagem denotacional da metalinguagem semântica a uma abordagem internalista? Para responder esse problema, L&S traçam uma distinção entre:

- (i) Significado-E: O significado convencional dos itens lexicais. É o aspecto externo do léxico, dicionarizado;
- (ii) Significado-I: O significado das palavras presente no idioleto do indivíduo, o significado ideoleto, especificado pela semântica-I.

Segundo os autores:

(...) uma série de linguistas e filósofos têm sustentado que nós deveríamos focalizar o significado-S como uma noção básica da semântica da linguagem de um indivíduo. Mas disso não se segue que significados-E sejam o objeto de estudo da semântica cognitiva, e de fato, nós acreditamos que os significados-I deveriam preencher esse papel<sup>6</sup> (LARSON & SEGAL, 1995, p. 527).

L&S argumentam que é lícito adotar essa distinção porque a noção de significado-I desempenharia um papel relevante em uma teoria semântica ‘psicologizada’ preocupada em explicar os juízos semânticos dos falantes sobre propriedades e relações semânticas (significado, implicação, sinonímia etc.), mesmo quando os juízos semânticos não correspondem às convenções normativas estabelecidas:

Nós temos que considerar o significado-I, porque é isso que é relevante para os juízos que nós estamos começando a explicar (...) juízos semânticos individuais são baseados na teoria semântica-Internalizada do indivíduo, não em seus significados-E <sup>7</sup> (*ibidem*, p.528).

A distinção proposta não é só teoricamente admissível, mas intuitivamente plausível, argumentam L&S, pois deve haver certo grau de idiosincrasia individual na interpretação do léxico. Assim, dada a sentença:

(2) João limpou a mesa

É de se esperar que o verbo ‘limpar’ possua um significado-E, uma versão dicionarizada ou padrão. Contudo, a semântica deste item lexical está sujeita a variações, a idiosincrasias individuais. Assim, é possível que Carlos interprete esse verbo a partir de critérios peculiares de aplicabilidade e, portanto, ele formará um juízo semântico sobre as condições de verdade da sentença (1) baseado nesses critérios. Na teoria semântica-Internalizada de Carlos esse verbo poderia possuir um significado-I peculiar. Logo, argumentam L&S, cumpre à teoria semântica explicar esse dado, introduzindo um axioma como:

(2) Val<sup>8</sup> (< x, y>, limpar) sse x remove a sujeira de y borrifando y com perfume.

O significado-I é, afirmam L&S, o objeto de investigação da semântica-I:

Dizer que os significados-I são o objeto da teoria semântica é dizer que o estado cognitivo que explica o tipo de dado que nós estamos interessados é uma representação de um conjunto específico de regras, o qual especifica significados-I <sup>9</sup> (*Ibidem*, p.340).

As mudanças no significado-E de uma palavra não implicam, argumentam, a revisão do significado da palavra, apenas a adoção de um novo uso. Uma mudança no significado-E não implica necessariamente em uma mudança no significado-I. A extensão do item lexical ‘cadeira’, por exemplo, pode ser modificada, mas o

significado internalizado pode permanecer incólume. A mudança no significado-I ocorre quando há revisão do léxico, uma revisão no sistema semântico internalizado do falante: antes dessa revisão, a extensão do léxico internalizado não se altera.

L&S fazem uso da distinção entre *caráter* e *conteúdo* como lastro da distinção entre significado-E e significado-I. O significado-I estaria relacionado à noção de caráter, ou seja, o modo como o falante concebe as condições da verdade, referência e satisfabilidade. No caráter está condensado o modo como o falante concebe as condições de verdade de uma asserção. Trata-se da contribuição dos próprios itens linguísticos. O significado-E, por seu turno, vincula-se à noção de conteúdo, isto é, a contribuição contextual (social, ambiental, discursiva etc.) na determinação do conteúdo semântico.

Os autores consideram a seguinte objeção ao internalismo semântico advogado por eles: mesmo que uma sentença como 'Eu estou com fome' fosse asserida por gêmeos idênticos (portadores, por hipótese, da mesma teoria semântica-Internalizada), suas asserções terão valores de verdade distintos, pois as condições externas, contextuais, que figuram na determinação das condições de verdade das duas asserções são distintas. L&S afirmam que, ainda assim, ambos estão, em certo sentido, no mesmo estado psicológico, pois ambos têm a mesma compreensão das palavras que usam (ambos interpretam 'eu' como um indexical que denota o locutor da asserção, assumem que 'estar com fome' denota em estado etc.). Assim, afirmam L&S, compreender uma asserção corresponde, ao menos em parte, a compreender o seu caráter. Ambos expressam a mesma crença: ao afirmar 'eu estou com fome' o gêmeo A acredita que ele próprio está com fome e não que o gêmeo B está com fome.

Em suma, para computar as condições de verdade de uma asserção, o indivíduo precisa estar ciente das circunstâncias presentes no contexto em que a sentença é asserida (conteúdo), e computar o significado-I dos itens lexicais. Mesmos os exemplos da terra gêmea discutidos por Putnam (1973), argumentam L&S, são compatíveis com sua versão do internalismo pois mudanças conceituais, descobertas científicas não implicariam na revisão da palavra 'água', acarretariam apenas na adoção de um novo uso para este mesmo item lexical. Segundo L&S, nesse caso temos uma mudança, uma revisão significado-E, mas palavra o significado-I pode permanecer incólume. Esses casos mostrariam que a extensão do significado-E e significado-I não necessariamente coincidem:

Na concepção de significado-I, isso é acomodado naturalmente por uma revisão lexical. Antes da nossa descoberta, *nosso léxico interno especifica a extensão* do termo água com alguma cláusula que tem, grosseiramente, a forma Val (x, água, s) sse x é M ('M' = conceito mental) <sup>10</sup> (*Ibidem*, p. 537, grifo nosso).

À descoberta da mudança do significado da entrada lexical, corresponderia uma revisão no significado-I que lhe era até então atribuído. Caberia ao semanticista distinguir, em cada caso particular, os aspectos internos, individuais, dos aspectos externos do significado. L&S sugerem que o semanticista pode servir-se de hipóteses auxiliares providas de outros ramos de investigação (como a psicologia de conceitos, por exemplo) e, desse modo, tornar mais precisa, tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista empírico, a distinção entre 'significado I' e 'significado E'. Contudo, advertem L&S, outros ramos das ciências cognitivas devem



ser vistos como plataformas de investigação, recursos que fornecem hipóteses auxiliares e não como critério de decisão na avaliação de teorias semânticas, pois:

Assim como as leis da termodinâmica podem ser confirmadas independentemente da mecânica estatística, também as teorias linguísticas podem ser confirmadas independentemente de uma teoria ulterior sobre conhecimento tácito<sup>11</sup> (*Ibidem*, p.544).

Em suma, L&S procuram traçar uma divisão entre o significado-E, contextualmente determinado, e o significado especificado pela teoria semântica-Internalizada. Em (2), eles oferecem uma entrada lexical, um possível axioma da teoria internalizada. Contudo, essa parece ser uma entrada lexical muito idiossincrática, muito específica, pois ela determina as condições de aplicação do predicado. O axioma (3) especifica a ação física que deve ser adotada para que o verbo seja satisfeito. É uma instrução para a ação, não para a construção de conceitos. Em que sentido essa especificação seria diferente do significado-E, das condições de verdade, referência e satisfabilidade não individuais? Não parece haver, em princípio, nenhuma impossibilidade que o significado E do verbo 'limpar' fosse definido em (3), basta imaginarmos uma situação contrafactual em que em que esse significado seja adotado pelos falantes. Mesmo que as entradas lexicais possam ser revistas, L&S não mencionam qual seria o mecanismo responsável pela revisão (A revisão ocorreria no sistema de crenças e afetaria o significado I dos itens lexicais? Isso provocaria alguma mudança nas propriedades internas do item lexical?). Torna-se difícil, a princípio, precisar com clareza o escopo da semântica-I.

É necessário aceitar uma premissa adicional para extrair conclusões sobre significado a partir das observações de L&S sobre uso e o aspecto externo do léxico. Essa premissa, implícita no raciocínio de L&S, é a seguinte: significado e compreensão linguística estão firme e indissociavelmente relacionados às noções de verdade, referência e satisfabilidade. Essa premissa é problemática do ponto de vista de uma língua I. O programa gerativista assume que os seres humanos possuem uma Faculdade da linguagem, em virtude da qual internalizam princípios computacionais que regem a geração de sentenças. Uma língua I é, além de interna e individual, um procedimento gerativo. Assim, dois falantes (ex: um adulto e uma criança) podem emitir o mesmo juízo a respeito de uma sentença S, mas usarem estratégias algorítmicas diferentes para gerar essa sentença. Ao que parece, L&S não estão tratando de procedimentos gerativos de *sentenças*, mas sim das condições de 'execução' de *asserções*. L&S não estão falando sobre conhecimento semântico em sentido estrito, lato, mas sim sobre fenômenos que envolvem (como argumenta Chomsky) uma massiva interação entre compreensão linguística e demais aspectos do sistema cognitivo. Na próxima são explicitadas as origens dessa interpretação.

### **Gramaticalidade e Conhecimento Tácito**

A proposta de L&S elege os conceitos de referência, verdade e satisfabilidade como eixos principais. A semântica-I trataria do conhecimento tácito dos falantes a respeito dessas noções, pois o falante disporia de um complexo conjunto de assunções tácitas a esse respeito, cabendo ao semanticista explicitá-las. Mas o que exatamente significa 'conhecimento tácito'? É lícito falar de 'conhecimento tácito da

referência'? Uma vez adotada a premissa, cara ao programa gerativista, de que a linguística é um ramo da psicologia cognitiva que trata de fenômenos relativos à psicologia individual (i.e., gramaticais internalizadas), parece razoável admitir que os idioletos sejam apenas parcialmente conhecidos pelo falante individual, pois existem fatos extra linguísticos que ele desconhece, que não fazem parte de sua psicologia individual. Parece óbvio que o falante não possui informação suficiente para fixar a referência de todos os termos. Assim, por exemplo, dois itens lexicais podem ter a mesma extensão, mas o falante pode ignorar que as entradas lexicais são co-referenciais. Como uma semântica-I explicaria esse tipo de fenômeno? L&S argumentam que esse tipo de fenômeno indica apenas que nosso conhecimento tácito é parcial, incompleto, mas não invalida a interpretação denotacional da semântica formal. Os autores seguem de perto o argumento de Higgingbotham, segundo o qual os 'paradoxos semânticos' apresentados por Chomsky afetam a semântica extensional apenas caso se admita uma interpretação realista, ingênua, entre linguagem e mundo. Esses exemplos não afetariam a intuição de que os falantes possuem conhecimento tácito do caráter relacional dos fenômenos semânticos.

Os exemplos apresentados por Chomsky mostrariam a impossibilidade de se criar uma teoria referencial para a linguagem pública (i.e., a teoria da referência em sentido estrito teria como objeto de estudo a linguagem pública, externa e não individual). Contudo, argumentam, uma teoria semântica não deve ser identificada a uma teoria da referência em sentido estrito, mas a uma teoria sobre o conhecimento tácito dos falantes a respeito das propriedades referenciais da linguagem natural, ou melhor o conhecimento intuitivo das propriedades referenciais de seu idioleto. Por conseguinte, o empréstimo dos recursos metalinguísticos da semântica extensional, afirmam, tem como objetivo gerar uma *referência relativa ao contexto* e não referência *tout court*. Dever-se-ia abandonar a ideia de que uma teoria da referência em sentido estrito equivale a uma teoria da compreensão linguística. Idiosincrasias idioletais e mesmo pessoais, argumentam L&S, são importantes para o estudo do conhecimento referencial tácito. Ao ouvir a sentença:

(1) Todo prane é filacio

O falante compreende (1), argumentam L&S, porque possui certas 'disposições referenciais' (i.e., sabe que 'prane' denota um indivíduo, 'filacio' denota um evento, 'todo' relaciona a denotação desses itens lexicais etc.) e, de acordo com elas, lança hipóteses acerca da competência referencial de seu interlocutor, presume que seu interlocutor possui disposições referenciais similares à sua. Essa capacidade de projeção explicaria a aquisição semântica: os indivíduos adquirem um idioleto construindo teorias referenciais, fazendo projeções sobre a referência das palavras usadas por seus interlocutores. Cabe à semântica-I, propõem os autores, explicar como o falante conecta o significado extralinguístico à forma gramatical. A questão técnica consiste em descobrir como se dá o mapeamento entre as descrições estruturais, a sintaxe, e o dispositivo interpretativo, a semântica.

Chomsky argumenta que a atribuição de conhecimento tácito é pertinente, desde que o conhecimento postulado seja capaz de explicar os fenômenos

linguísticos em análise. Chomsky (1965), ao empregar a expressão ‘conhecimento tácito’, reconhece que não existe uma linha fixa separando o conhecimento tácito do conhecimento acessível à nossa consciência. A distinção entre tácito e consciente depende dos fenômenos em análise. Considere as sentenças:

- (2) A Maria ferveu a água
- (3) Quem a Maria matou \_\_?
- (4)? A Maria desmorreu o João

Reconhecemos rapidamente e sem esforço que o pronome interrogativo ‘quem’ é o argumento interno do verbo ‘matou’. Esse pronome funciona como uma variável ligada: é o x em ‘matou x’. Trata-se de uma relação não linear entre constituintes que não é evidente pela ordem linear das palavras tal como se nos apresentam, mas é uma relação que percebemos necessariamente. Essa relação é reconhecida (ou ‘cognoscida’, para usar o neologismo de Chomsky) sem que façamos esforço consciente para percebê-la. Ouvir a sentença (4) é perceber a relação de dependência estrutural. Eis, em suma, um fenômeno que indica os traços do conhecimento tácito da competência linguística. A percepção de propriedades sintáticas é robustamente tácita. Em (3) é difícil formar um juízo semântico sobre as condições de verdade, referência e satisfabilidade, pois os falantes do português desconhecem as condições de aplicação do neologismo ‘desmorrer’. Em (2) vê-se claramente que a atribuição de causação é claramente dependente da noção de agência: se criarmos um contexto, uma história de fundo, em que Maria não foi diretamente responsável pelo fervimento da água, nossa intuição sobre o papel de Maria oscilará, pois o juízo semântico depende dessas informações de fundo. Esse juízo é cancelável, não automático, não possui os traços característicos do conhecimento tácito.

Na teoria sintática, admite-se que os falantes podem não reconhecer a noção de conhecimento tácito sobre as condições de gramaticalidade das sentenças. Asteriscos ‘\*’ são ladeados a sentenças para indicar as construções linguísticas que os falantes julgam intuitivamente inaceitáveis (RUWET, 2011). Contudo, aceitabilidade não é sinônimo de gramaticalidade. ‘Gramaticalidade’ é uma noção teórica a qual os falantes não têm acesso, é um conceito técnico que só adquire significado dentro da teoria. Falantes podem julgar inaceitáveis sentenças gramaticais como ‘O cavalo que morreu trouxe o alpiste que comia o hidrante que estava no estábulo na quinta feira tinha dois irmãos’. É um cenário estranho, mas a sentença é perfeitamente gramatical. A sentença (4), embora expresse um pensamento ‘estranho’, não é um amalgamado aleatório de itens lexicais. A estranheza dessa sentença não é um fenômeno para a teoria sintática. Trata-se de uma sentença gramatical, embora possa ser considerada estranha pelo falante. É fácil perceber que a aceitabilidade/ não aceitabilidade é um fenômeno complexo que sobrepõem uma série de fenômenos heterogêneos. Parece implausível encontrar um procedimento gerativo responsável por nesse fenômeno semântico (i.e., ‘anomalia semântica’). Ora, dada a assunção de L&S de que existe uma relação transparente entre as sentenças da linguagem objeto e a metalinguagem (i.e., a interpretação semântica fornecida linguagem do pensamento), sentenças estranhas como (4) deveriam ser agramaticais. Vale dizer, a noção de gramaticalidade e aceitabilidade coincidiria. Embora a intuição gramatical seja um dos métodos

disponíveis, não significa que o objeto de estudo do programa sejam os juízos de gramaticalidade, por exemplo. Tais juízos são índices indiretos do procedimento gerativo internalizado da mente do falante-ouvinte. Ademais, o que tais juízos acessam são o produto da Faculdade da linguagem, não a própria faculdade, o sistema gerativo.

A distinção entre sintaxe e semântica defendida por L&S é coerente com a distinção técnica entre sintaxe (fórmula bem formada) e semântica (fórmula interpretada em um modelo) adotada em semântica formal. À essa distinção técnica corresponderia uma distinção entre dois tipos de estratos (i.e., níveis de análise) em linguagem natural. Na sentença 'João quebrou o vaso', o NP 'João' antecede o verbo 'quebrar'. Essa relação estrutural é sintática, se dá entre itens linguísticos. Já a relação entre o NP 'o vaso' e a entidade que ele denota seria, por contraste, semântica. Para L&S, a distinção entre sintaxe e semântica seria óbvia, patente, perfeitamente distinguível. Contudo, creio que essa distinção só pode ser assimilada ao se assumir uma interpretação denotacional da semântica formal. Ora, essa interpretação é, precisamente, o que é posto em discussão por Chomsky ao tentar formular uma interpretação internalista da semântica formal (como visto no Capítulo 1). Os autores, evidentemente, não são obrigados a concordar com as opiniões de Chomsky a esse respeito. Contudo, deveriam levar em consideração os contra-exemplos e argumentos internalistas pois, uma vez assumida uma interpretação internalista da semântica formal, a distinção entre sintaxe e semântica torna-se um problema empírico em aberto, não uma assunção conceptual de partida, uma distinção linguística não problemática. Ademais, o programa gerativista tem mostrado, consistentemente, que existem relações não triviais entre essas categorias nocionais (termos, variáveis ligadas, etc.) e propriedades formais (como categorias sintáticas: NP, VP, PP, etc.).

Em vista desses resultados, Chomsky procura caracterizar a distinção entre sintaxe e semântica em termos dos recursos explorados por diferentes sistemas cognitivos. L&S, por contraste, assumem que ao representar a descrição estrutural fornecida pela teoria sintática na metalinguagem fornecida pela semântica formal, estão representando o 'significado' da sentença da linguagem objeto (nesse caso uma descrição estrutural, sintática). Contudo, essa distinção é, precisamente, aquilo que está em causa e só pode ser assumida ao se adotar uma interpretação denotacional da semântica formal. Embora lancem observações metodológicas interessantes, L&S não discutem as assunções centrais da semântica formal e adotam, de partida (e tacitamente), uma interpretação denotacional da metalinguagem lógico-semântica.

Concordo que a relação entre as sentenças (1) e (2) ~~(apresentadas em 2.2)~~, por exemplo, não pode ser explicada sintaticamente. Contudo, não parece claro que nomear a diferença como 'semântica' possua algum mérito explanatório. Dizer que as sentenças 'possuem significados diferentes' não é particularmente esclarecedor. Essa é apenas a formulação de um problema, a caracterização pré-teórica de um fenômeno, não é uma proposta: *é necessário caracterizar como o 'significado' é codificado, quais são os mecanismos primitivos responsáveis pela representação do significado, que operações eles licenciam, etc.* Parece claro que o contraste entre as sentenças (1) e (2) depende não exclusivamente de seu formato gramatical. Contudo, o contraste semântico entre (1) e (2) está certamente relacionado às propriedades estruturais e lexicais das sentenças.

Uma vez aceito o pressuposto central da semântica extensional (i.e., a interpretação denotacional da semântica formal) de que existe uma *relação* entre itens lexicais e objetos extra linguísticos, L&S assumem que o 'significado-I' daria conta de regularidades símbolo-mundo. Há, porém, uma diferença entre afirmar que o léxico especifica a extensão e afirmar que o significado linguístico restringe, *sem determinar*, condições de verdade, referência, etc. L&S não estão falando sobre as propriedades internas do léxico, mas sobre fenômenos que envolvem uma massiva interação entre compreensão linguística e demais aspectos do sistema cognitivo. Ademais, dado que os significados I variam, seria necessário adicionar à teoria da semântica os parâmetros da variação, assim como os princípios internos, presumivelmente computacionais, responsáveis pela estabilidade do significado I. A teoria psicolinguística sobre a maturação da língua I, por seu turno, teria que dar conta desse tipo de variação que depende da intersecção de um número massivamente heterogêneo de fatores. A teoria gramatical, sintática, tão pouco nos oferece esse tipo de princípios ou parâmetros.

Não há, em princípio, nenhum problema em admitir a premissa de que existem condições internas à psicologia individual e condições externas à psicologia. Mas ao proporem uma distinção entre o modo puramente psicológico de conceber as condições de verdade, das condições externas que figuram na determinação das condições de verdade, L&S precisariam ao menos indicar qual ou quais teorias auxiliares seriam capazes de traçar essa distinção. Tal como apresentado por L&S, a distinção entre significado I e significado E tem pouco valor explanatório.

Creio que L&S confundem dois problemas distintos, a saber (Burge 1973):

- (i) Explicar as condições nas quais um verbo designa um evento;
- (ii) O problema sobre o papel lógico do VP (ou de outros itens) na teoria formal, na metalinguagem.

O primeiro problema diz respeito à especificação das condições sob as quais um juízo semântico é aceito. O segundo diz respeito às hipóteses lançadas pelo semanticista para explicar os fenômenos em análise, descobrir padrões e generalizações robustas. A metalinguagem deve ser plenamente formalizada, isto é, o sentido e a referência de todas as expressões da teoria devem ser determinadas, de forma não ambígua, por sua forma. A exigência, aqui, é que a metalinguagem seja suficientemente clara e precisa. L&S, por contraste, creem que (ii) deve direcionar (i) e não o contrário. Embora (ii) tenha prioridade na 'ordem da descoberta', não segue que seja uma questão metodológica de partida, que deve subordinar a questão (i).

Existem razões independentes para suspeitar sobre a exequibilidade do tipo de empreendimento proposto pela semântica extensional. Ela ainda não foi capaz de oferecer um tratamento adequado, consensualmente aceito, para sentenças simples como:

- (5) O céu é azul.
- (6) A neve é branca.
- (7) Aristóteles era careca.
- (8) Hamlet nasceu na Dinamarca.

É interessante ressaltar que L&S são, em princípio, favoráveis a uma revisão dos pressupostos da teoria semântica. O problema é que eles *não* acreditam que essa revisão seja necessária, dado seu compromisso tácito com a interpretação denotacional da semântica formal. L&S localizam de maneira clara seu projeto em relação a outras propostas. Contudo, eles não revisam os pressupostos da própria semântica extensional sobre o qual estão assentados. Custa saber se, sem essa revisão, é possível alcançar o tipo adequado de idealização, compatível com o programa gerativista.

## Conclusão

No presente artigo, expus o objeto de estudo da semântica-I tal como proposto por Larson & Segal. Argumentei que há uma tensão existente entre o tipo de internalismo proposto pelos autores e o núcleo do programa gerativista. Se a proposta de L & S for incorporada ao programa gerativista, seria preciso modificar este último, adicionar novas premissas que são inconsistentes com seu núcleo de suas assunções teóricas. Esse problema foi diagnosticado a partir de uma distinção entre o Problema Interpretativo (PI) e o Problema Combinatório (PC). Vimos que o programa gerativista fornece uma contribuição empírica para a solução do primeiro problema, mas não do segundo. Porém, para L&S esses são e um mesmo problema. L&S assumem, como visto, que teorias semânticas extensionais fornecem hipóteses sobre o modo como língua-I e o mundo externo interagem. Eles admitem, portanto, uma hipótese empírica bastante ousada sobre a Faculdade da linguagem, a saber: L-I associa descrições estruturais a condições de verdade, referência e satisfabilidade. Para sustentar a existência de uma relação mais estreita entre o procedimento gerativo licenciado pela Faculdade da linguagem e condições de verdade, referência e satisfabilidade, é necessário pressupor que existe uma estreita relação entre esse mecanismo e as sentenças publicamente disponíveis aos usuários de um idioleto. L&S adotam, pois, uma idealização pouco crível, a de que o procedimento gerativo pode ser identificado com o conjunto de expressões geradas (i.e., o conjunto de sentenças asseríveis). Assim, ao tentar investigar as condições de verdade atribuíveis a asserções, L&S estão lidando, a rigor, com conjuntos de sentenças, sentenças essas que podem ser usadas em juízos assertivos.

## Referências

- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Review of Verbal Behavior*, by B.F. Skinner. *Language* 35, 1, 1959, p. 26-57.
- \_\_\_\_\_. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: M.I.T., 1965.
- \_\_\_\_\_. *Quine's Empirical Assumptions*. *Synthese* 19.1-2, 1968, p.53-68.
- \_\_\_\_\_. *Linguística Cartesiana*. Petrópolis: Vozes, 1972a.
- \_\_\_\_\_. *Studies on Semantics in Generative Grammar*. The Hague: Mouton, 1972b.

- \_\_\_\_\_. *The Logical Structure of Linguistic Theory*. New York: Plenum, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Essays on Form and Interpretation*. New York: North-Holland, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1980a.
- \_\_\_\_\_. *Rules and Representations*. New York: Columbia University Press, 1980b.
- \_\_\_\_\_. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Holland: Foris Publications, 1981.
- \_\_\_\_\_. *The Generative Enterprise*. Dordrecht: Foris Publications, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O Conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa, Editora Caminho, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Caminho, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem e Mente*. Brasília: Editora UNESP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Language and Problems of Knowledge: The Managua Lectures*. Massachusetts: MIT, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Reply to Ludlow*. In: ANTONY, L. & HORNSTEIN, N. (eds.). *Chomsky and his Critics*. Malden, MA: Blackwell Pub., 2003.
- LARSON, Richard. Semantics. In: GLEITMAN, L.(ed.). *Invitation to Cognitive Science*. Vol. 1. Language. Cambridge: MIT Press., 1995, cap.12.
- LARSON, Richard & SEGAL, Gabriel. *Knowledge of Meaning: an Introduction to Semantic Theory*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- PUTNAM, Hilary. *Meaning and Reference*. *Journal of Philosophy* 70, 1973, 699-711.

---

<sup>1</sup> Doutor em filosofia (UFRN), Email: [adrymarques@gmail.com](mailto:adrymarques@gmail.com), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8161463783928040>

<sup>2</sup> Aspectos da proposta original de Larson e Segal (1995) foram desenvolvidos em artigos anteriores, como em Larson e Ludlow (1993) e em Segal (1990). Recentemente, essa abordagem foi retomada em Larson (2011), em Segal (1999). Além disso, é adotada por Borg (2004) como lastro técnico em sua defesa do minimalismo semântico.

<sup>7</sup>As speakers of English, we know facts about *syntax*: for example, that expressions divide into categories like verb, noun, preposition, and adjective, that verbs and prepositions typically precede their objects in English, that words in a sentence cluster into constituents. In addition, we know facts about the semantics, or meaning structure, of English: that sentences are related as synonymous or

---

contradictory, that they are true under certain circumstances, that certain notions do not correspond to possible worlds.

<sup>4</sup> To view the subject matter of semantics as linguistic knowledge is to locate the place of semantic theory within the general enterprise initiated by Noam Chomsky (...) for whom linguistic theory is a theory of real knowledge of speakers. This project contrasts with a variety of other commonly held views of the subject matter.

<sup>5</sup> It appears to be a fact that certain words (...) make reference to specific objects (...) and a central part of learning these words lies in learning what objects they refer to ... Reference (...) is a relation between expressions and extralinguistic objects such as people and countries.

<sup>6</sup> (...) a number of linguists and philosophers have held that we should focus on S-meaning as one basic notion of the semantic's of an individual's language. But it does not follow from this that S-meanings are the object of study of cognitive semantics, and indeed, we believe the I-meanings should fill this role.

<sup>7</sup> We have to consider the I-meaning, for that is what is relevant to the judgments we are arriving to explain (...) one's semantic judgment are based on one's internalized semantic theory, not on one's S-meanings

<sup>8</sup> Val ( ... ) : Valor semantic de (...).

<sup>9</sup> To say that I-meanings is the object of semantic theory is to say that the cognitive state that explains the sort of data that we are interested in is a representation of a particular set of rules, wich specifies I-meanings.

<sup>10</sup> On the I-meaning conception, this is accomodated naturally by a lexical revision. Prior to our discovery, our internal lexicon specifies the extension of the term water with some clause roughly of the form Val(x,water,s) iff is M ('M' = mental concept) .

<sup>11</sup> As the laws of thermodynamics can be confirmed independently of a statistical mechanics, so linguistic theories can be confirmed independently of a further theory of tacit knowledge

Recebido em: 12/2021  
Aprovado em: 07/2022